



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento da Região Centro Oeste Paulista
- Sicredi Centro Oeste Paulista**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
Marília / SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: Dia C: Nossas ações do Dia C envolveram arrecadação de alimentos e materiais de higiene, via app Sicredi Conecta, e doação de sangue. Foram arrecadados cerca de 3,5 toneladas entre alimentos e itens de higiene e limpeza, além de beneficiar mais de 400 pessoas com as doações de sangue. Educação Financeira: foram atingidas mais de 4 mil pessoas durante o ano de 2020. Formação Comitê Jovem e Mulher: As formações dos comitês Jovem e Mulher, que aconteceram no primeiro e segundo semestre de 2020, tiveram por objetivo desenvolver competências de liderança para enfrentar o momento de crise e pós-crise, bem como, ajudar a construir o futuro do sistema cooperativista no Brasil. Eventos Comitê Mulher (Dia da Mulher - Antes da pandemia): Na cidade de Pederneiras, o Comitê Mulher organizou, em parceria com a Câmara Municipal, um evento sobre o papel da mulher na sociedade e sobre a questão de abusos ao público feminino. Além disso, foi organizada uma oficina de Educação Financeira para 150 pessoas. Já em Bauru, o comitê mulher realizou uma palestra sobre cuidados de saúde da mulher, em parceria com a Maçonaria. Seminário Mulher Empreendedora: Em 2020 o evento trouxe como tema "Mulheres Reais" através de um bate papo sobre empreendedorismo feminino e cooperativismo com foco no papel da mulher empreendedora frente a pandemia. Prêmio Jovens Inovadores: evento realizado em parceria com o CEU – Centro de Empreendedorismo Universitário da Unesp Bauru e Sebrae. O objetivo é reconhecer, incentivar, capacitar e conectar jovens a temas ligados à essência do Sicredi, como cooperação, inovação e cidadania, contemplando os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU. Programa Crescer: Realizamos algumas turmas do Programa Crescer (presencial antes da pandemia e online durante a pandemia) - uma formação cooperativista certificada, que busca inserir os associados no universo do cooperativismo, totalizando mais de 350 participações. Formação de conselheiros: Os novos membros do conselho fiscal participaram de uma formação online. Eu coopero com a Economia Local: Sicredi Conecta - Entregamos um aplicativo de Marketplace totalmente gratuito, o Sicredi Conecta, onde o associado Sicredi pode vender ou comprar produtos de outros associados. Além de uma vitrine para fomentar negócios, o app de compras serve como um gerador de renda e vitrine para que os negócios não parem, mesmo com portas fechadas. Enfrentar JuntoSSS - Parceria com o Sebrae - Junto com o, já parceiro, Sebrae, entregamos 10 horas de conteúdo sobre marketing, vendas, crédito, educação financeira e muito mais, voltado para o enfrentamento da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. Tudo isso online e com a participação de assessores da cooperativa que, voluntariamente, mostraram na prática situações em complemento às aulas teóricas promovidas pelo time do Sebrae. Materiais de divulgação - Também um parceiro fiel, que aprendeu a viver o cooperativismo, o Canal da Ilha apoiou nosso movimento produzindo vídeos e Cards de WhatsApp a partir de materiais enviados pelos colaboradores das nossas agências, que foram disponibilizados para que os associados pudessem divulgar seus negócios e, além disso, postados no Facebook da cooperativa, aproveitando um espaço que é de todos os associados.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Novas Agências: início das atividades no município de Brotas que faz parte da área de atuação da Cooperativa, sem contar tratativas com os municípios de Lins, Rancharia, Herculândia. Reestruturação de agência: reestruturação da agência ACIM que passou a ser chamada de Nelson Spilemann, a qual passou de uma estrutura de 230 mts para 1.000 mts quadrados proporcionando melhores condições de atendimento para os associados. Painéis Fotovoltaicos: a Cooperativa investiu na geração de energia renovável em todas as agências que apresentaram viabilidade para tal.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos que a Cooperativa em nenhum momento deixou de desenvolver as suas atividades, para isso, atuamos com equipes em home-office e presencialmente nas agências, com contingente reduzido a fim de que caso houvesse contaminação tivéssemos pessoas para dar continuidade nos negócios, varias frentes de automação e novas ferramentas foram desenvolvidas para facilitar o trabalho dos colaboradores em home-office, desenvolvemos ações internas para retenção de associados, apoio para renegociações e parcelamento de operações de crédito com o intuito de evitar a inadimplência das mesmas. Outras ações como as já citadas nos negócios sociais Eu Coopero com a economia local e Enfrentar Juntos tiveram o objetivo de apoiar para continuidade do negócio dos nossos associados criando condições de enfrentar o momento de crise. Com todas essas iniciativas a Cooperativa entende que desenvolveu perfeitamente seu propósito uma vez que o índice de satisfação pelos associados apresentou crescimento constante nesse período encerrando o exercício com 78,8%.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	707.067	504.561	PASSIVO	624.332	437.468
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	9.625	7.524	DEPÓSITOS (Nota 11)	554.327	390.620
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	683.619	481.679	Depósitos à vista	106.973	59.520
Aplicações interfinanceiros de liquidez (Nota 05)	4.684	4.674	Depósitos interfinanceiros	6.250	5.352
Centralização financeira (Nota 04)	268.789	191.103	Depósitos a prazo	441.104	325.748
Relações interfinanceiras ativas	-	4	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	18.707	10.130
Operações de crédito (Nota 06)	373.337	260.678	Relações interfinanceiras (Nota 12)	16.944	9.673
Outros ativos financeiros (Nota 07)	36.809	25.220	Obrigações por repasses (Nota 13)	1.356	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 06)	(16.938)	(14.123)	Outros passivos financeiros (Nota 14)	407	457
OUTROS ATIVOS (Nota 08)	6.613	7.200	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 15)	325	283
INVESTIMENTOS (Nota 09)	9.214	9.214	OUTROS PASSIVOS (Nota 16)	50.973	36.435
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	12.579	10.573	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	82.735	67.093
INTANGÍVEL (Nota 10)	2.355	2.494	CAPITAL SOCIAL	41.413	34.592
			RESERVAS DE SOBRAS	37.948	29.138
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.374	3.363
TOTAL DO ATIVO	707.067	504.561	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	707.067	504.561

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	33.046	65.646	59.795
Operações de crédito (Nota 06)	33.002	65.522	59.726
Resultado títulos e valores mobiliários	44	124	69
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(11.326)	(23.846)	(25.236)
Operações de captação no mercado	(4.566)	(10.773)	(16.678)
Operações de empréstimos e repasses	(393)	(683)	(462)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 06)	(6.367)	(12.390)	(8.096)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.720	41.800	34.559
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(14.727)	(27.169)	(20.319)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	7.908	14.794	11.786
Rendas de tarifas bancárias	4.033	7.870	6.627
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 21)	(13.370)	(25.134)	(21.537)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	(11.460)	(21.928)	(19.440)
Dispêndios e despesas tributárias	(96)	(284)	(445)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	4.486	9.105	12.903
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	(6.228)	(11.592)	(10.213)
RESULTADO OPERACIONAL	6.993	14.631	14.240
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	436	674	(37)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	7.429	15.305	14.203
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	238	-	(237)
Provisão para Imposto de Renda	157	-	(148)
Provisão para Contribuição Social	81	-	(89)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.691)	(3.197)	(3.601)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	5.976	12.108	10.365

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista

CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	29.867	22.534	661	2.379	55.441
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	808	-	-	(1.615)	(807)
Destinações para reservas	-	-	750	(750)	-
Outras destinações	-	-	-	(14)	(14)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.695	-	-	-	3.695
Baixas de capital	(1.023)	-	-	-	(1.023)
Reversões de reservas	-	-	(661)	661	-
Resultado do período	-	-	-	10.365	10.365
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(450)	(450)
Juros sobre o capital próprio	1.245	-	-	(1.359)	(114)
Reserva legal - Estatutária	-	5.854	-	(5.854)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	34.592	28.388	750	3.363	67.093
Mutações do Período	4.725	5.854	89	984	11.652
Saldos no início do período em 01/01/2020	34.592	28.388	750	3.363	67.093
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	1.852	-	-	(1.852)	-
Destinações para reservas	-	-	1.500	(1.500)	-
Outras destinações	-	-	-	(11)	(11)
Capital de associados					
Aumento de capital	5.836	-	-	-	5.836
Baixas de capital	(1.712)	-	-	-	(1.712)
Resultado do período	-	-	-	12.108	12.108
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(562)	(562)
Juros sobre o capital próprio	845	-	-	(862)	(17)
Reserva legal - Estatutária	-	7.310	-	(7.310)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	41.413	35.698	2.250	3.374	82.735
Mutações do Período	6.821	7.310	1.500	11	15.642
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	39.178	28.388	2.250	6.132	75.948
Destinação resultado exercício anterior					
Capital de associados					
Aumento de capital	2.493	-	-	-	2.493
Baixas de capital	(1.103)	-	-	-	(1.103)
Resultado do período	-	-	-	5.976	5.976
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(562)	(562)
Juros sobre o capital próprio	845	-	-	(862)	(17)
Reserva legal - Estatutária	-	7.310	-	(7.310)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	41.413	35.698	2.250	3.374	82.735
Mutações do Período	2.235	7.310	-	(2.758)	6.787

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	8.369	17.710	14.471
Resultado do semestre/exercício	5.976	12.108	10.365
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.393	5.602	4.106
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.175	2.815	2.247
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(2)	(2)	(4)
Depreciação e amortização	1.661	3.147	2.264
Baixas do ativo permanente	134	162	5
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(13)	42	44
Destinações ao FATES	(562)	(562)	(450)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	14.611	63.157	(681)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.034)	(10)	(4.192)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.643	4	(3)
(Aumento) em operações de crédito	(57.127)	(112.659)	(73.485)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	2.045	7.271	4.251
(Aumento) em outros ativos financeiros	(11.447)	(11.589)	(8.393)
(Aumento) Redução em outros ativos	1.230	589	(3.323)
Aumento em depósitos	62.609	163.707	78.291
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(329)	(50)	144
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	44	1.356	(2.959)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(450)	(297)
Aumento em outros passivos	13.977	14.988	9.285
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	22.980	80.867	13.790
Aquisição de investimentos	-	-	(2.477)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.760)	(4.538)	(4.051)
Aplicações no intangível	(371)	(638)	(401)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(3.131)	(5.176)	(6.929)
Integralização de capital	2.493	5.836	3.695
Baixa de capital	(1.103)	(1.712)	(1.023)
Juros ao capital próprio	(17)	(17)	(114)
Distribuição de Sobras	-	(11)	(821)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	1.373	4.096	1.737
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	21.222	79.787	8.598
Caixa e equivalente de caixa no início do período	257.192	198.627	190.029
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	278.414	278.414	198.627

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista
CNPJ/MF nº 04.463.602/0001-36

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	5.976	12.108	10.365
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	5.976	12.108	10.365

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Centro Oeste Paulista - Sicredi Centro Oeste Paulista ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 01/06/2001 e sede situada na Avenida Rio Branco, 1153, na cidade de Marília - São Paulo. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 13 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 04 de março de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 06;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 15;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

q) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	9.625	7.524
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	268.789	191.103
Total	278.414	198.627

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
DI entre Banco e Cooperativa	-	1.799	2.885	4.684	4.674
Total	-	1.799	2.885	4.684	4.674
Total circulante					1.799
Total não circulante					2.885

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020				Total da carteira	31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	5.584	48.461	80.256	152.953	287.254	205.269
Financiamentos	86	6.976	19.635	45.735	72.432	45.728
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	1.780	4.412	7.459	13.651	9.681
Total das operações de crédito	5.670	57.217	104.303	206.147	373.337	260.678
Títulos e créditos a receber	-	26.342	9.338	27	35.707	24.277
Total de outros créditos	-	26.342	9.338	27	35.707	24.277
Carteira total	5.670	83.559	113.641	206.174	409.044	284.955

Total circulante	202.870	170.358
Total não circulante	206.174	114.597

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	20.720	50	-	-
A	0,50	171.125	114.739	853	574
B	1,00	109.482	89.734	1.086	897
C	3,00	67.669	51.820	2.027	1.555
D	10,00	23.397	13.519	2.340	1.352
E	30,00	6.692	4.647	2.008	1.394
F	50,00	1.784	3.242	892	1.621
G	70,00	1.477	1.579	1.034	1.105
H	100,00	6.698	5.625	6.698	5.625
Total		409.044	284.955	16.938	14.123

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 3.267 (dezembro de 2019 - R\$ 1.182) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 18 (dezembro de 2019 - R\$ 7) conforme Nota 14.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020				Total da Carteira	31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	3.250	41.041	47.737	77.921	169.949	127.740
Rural	-	1.780	4.412	7.459	13.651	9.681
Industrial	28	1.672	2.113	3.845	7.658	6.840
Comércio	1.464	17.000	20.661	38.396	77.521	60.385
Outros serviços	928	22.066	38.718	78.553	140.265	80.309
Total	5.670	83.559	113.641	206.174	409.044	284.955

Total circulante	202.870	170.358
Total não circulante	206.174	114.597

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	49.549	12,11	27.434	9,63
50 devedores seguintes	78.417	19,17	52.119	18,29
100 devedores seguintes	51.522	12,60	37.546	13,18
Demais	229.556	56,12	167.856	58,90
Total	409.044	100,00	284.955	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	14.123	11.876
Constituição de provisão	20.940	17.236
Reversão de provisão	(8.550)	(9.140)
Movimentação de baixados para prejuízo	(9.575)	(5.849)
Saldo final	16.938	14.123

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	26.761	54.418	50.992
Financiamentos	4.470	8.268	6.253
Financiamentos rurais e agroindustriais	394	734	452
Outros	1	1	-
Subtotal	31.626	63.421	57.697
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	1.376	2.101	2.029
Total	33.002	65.522	59.726

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 24.710 (2019 - R\$ 15.829).

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 06)	35.707	24.277
Rendas a receber	550	455
Operações com cartões	469	420
Devedores por depósitos em garantia	83	68
Total	36.809	25.220

Total circulante	36.699	25.147
Total não circulante	110	73

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	4.547	5.158
Adiantamentos e antecipações salariais	653	621
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	7	204
Adiantamentos para Confederação Sicredi	444	443
Impostos e contribuições a compensar	232	105
Cotas de consórcio	22	25
Pendências a regularizar	265	19
Outros	443	625
Total circulante	6.613	7.200

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	4.620	5.253
Imóveis	4.620	5.253
Despesas antecipadas	49	29
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(122)	(124)
Total circulante	4.547	5.158

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(124)	(128)
Constituição de provisão	-	(15)
Reversão de provisão	2	19
Saldo final	(122)	(124)

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	6.542	6.542
Sicredi Participações S.A.	2.668	2.668
Outras participações e investimentos	4	4
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Total	9.214	9.214

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	864.556 ON	864.556 ON	4	4	6.541.799	6.541.799
Percentual de participação	1.803.586 PN	1.803.586 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
	0,23%	0,25%	2,48%	2,48%	2,05%	2,06%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	318.901	317.064
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	320.371	318.570
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	-
Valor do investimento	2.668	2.668	4	4	6.542	6.542

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	21.296	(8.717)	12.579	10.573
Imobilizações em curso	-	1.354	-	1.354	114
Instalações	10%	1.908	(463)	1.445	416
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	6.731	(3.232)	3.499	4.212
Móveis e equipamentos	10%	4.663	(1.633)	3.030	2.433
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.345	(427)	918	991
Equipamentos de processamento de dados	20%	4.859	(2.845)	2.014	1.950
Veículos	20%	436	(117)	319	457
Intangível		5.942	(3.587)	2.355	2.494
Investimentos Confederação		5.942	(3.587)	2.355	2.494

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	106.973	-	-	106.973	59.520
Depósitos interfinanceiros	5.661	588	1	6.250	5.352
Depósitos a prazo	10.340	47.733	383.031	441.104	325.748
Total	122.974	48.321	383.032	554.327	390.620
Total circulante				171.295	89.137
Total não circulante				383.032	301.483

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	16.944	9.673
Total	16.944	9.673

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.780	4.392	7.447	13.619	9.673
Total - Recursos do Crédito Rural	1.780	4.392	7.447	13.619	9.673
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	3.325	3.325	-
Total - Outros Recursos	-	-	3.325	3.325	-
Total	1.780	4.392	10.772	16.944	9.673
Total circulante				6.172	4.834
Total não circulante				10.772	4.839

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 20/11/2025, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. e advindos do compulsório da poupança. A taxa praticada é 84,5% do CDI e o vencimento em 01/06/2023.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020			31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	135	413	808	1.356	-
Total	135	413	808	1.356	-

Total circulante	548	-
Total não circulante	808	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/07/2023.

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	18	7
Recursos em trânsito de terceiros	389	450
Total circulante	407	457

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	159	199
Cível	Provável	166	84
Total não circulante		325	283

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	199	70	(110)	159
Cível	84	99	(17)	166
Total não circulante	283	169	(127)	325

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 10; R\$ 30; R\$ 25 (dezembro de 2019 - R\$ 30, R\$ 31 e R\$ 25), respectivamente.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	35.893	24.204
Provisão para pagamentos a efetuar	4.707	3.013
Cotas de capital a pagar	2.280	1.784
Provisão para participações nos lucros	4.033	3.949
Fundo de assistência técnica, educacional e social	562	450
Impostos e contribuições a recolher	838	799
Credores diversos	1.923	2.103
Cheques administrativos	600	-
Cobrança e arrecadação de tributos	1	113
Pendências a regularizar	136	20
Total Circulante	50.973	36.435

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	41.413	34.592
Total de associados	32.275	27.163

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.821 (2019 – R\$ 4.725), sendo R\$ 2.697 (2019 – R\$ 2.053) via integralização de resultados e R\$ 5.836 (2019 – R\$ 3.695), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.712 (2019 – R\$ 1.023).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,29% em Conta Capital, no montante de R\$ 862, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 65% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 495 (R\$ 0 em dezembro de 2019), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	15.305	14.203
Participação nas sobras	(3.197)	(3.601)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	12.108	10.602
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(4.843)	(4.241)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	4.703	3.520
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	345	506
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	24
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(153)	(46)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	(237)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	4.684	4.674
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	268.789	191.103
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 07)	391	320
Outros ativos (Nota 08)	445	579
Investimentos (Nota 09)	9.214	9.214
Intangível (Nota 10)	2.355	2.494
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	6.250	5.352
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	16.944	9.673
Outros passivos (Nota 16)	34.413	23.981
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	124	69
Ingressos e receitas de prestação de serviços	957	1.230
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	6.471	11.173
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	495	-
Despesas		
Operações de captação no mercado	165	134
Operações de empréstimos e repasses	653	462
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	1.610	1.856
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	6.796	6.977

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	396	0,37%	136
Depósitos a prazo	5.545	1,26%	4.360
Operações de crédito	1.342	0,36%	984

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	4.248	4.769

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	7.617	14.625	12.677
Benefícios	2.794	5.156	4.087
Encargos sociais	2.845	5.135	4.646
Treinamentos	114	218	127
Total	13.370	25.134	21.537

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	91	255	370
Aluguéis	1.269	2.422	2.266
Comunicação	377	774	937
Manutenção e conservação	472	936	834
Material de expediente	137	268	260
Processamento dados	495	878	609
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	1.829	3.657	2.357
Serviços do sistema financeiro	1.356	2.750	2.597
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	1.616	2.574	1.395
Serviços de vigilância e segurança	442	911	899
Serviços de transportes	212	430	517
Depreciação	1.215	2.370	1.645
Amortização (Rateio Confederação)	446	777	619
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	118	719	1.366
Emolumentos e taxas diversas	117	209	274
Outras despesas administrativas	1.268	1.998	2.495
Total	11.460	21.928	19.440

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	-	450	296
Recuperação de encargos e despesas	274	430	498
Ingressos depósitos intercooperativos	2.755	6.255	10.978
Reversão de provisões operacionais	742	1.096	824
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	6	8	5
Reversão de provisões para passivos contingentes	76	127	148
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	410	410	-
Outras rendas operacionais	223	329	154
Total	4.486	9.105	12.903

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	934	1.691	1.090
Contribuições Cooperativistas	52	103	96
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	59	351	673
Contribuição Confederação Sicredi	2.656	5.095	4.727
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	316	624	653
Encargos da administração financeira	1	2	58
Repasso Administradora de Cartões	-	85	204
Provisões para garantias financeiras prestadas	9	18	8
Provisões para passivos contingentes	63	169	192
Outras provisões operacionais	427	789	679
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.373	2.183	1.242
Risco operacional	164	253	455
Juros e comissões	-	-	1
Outras despesas operacionais	174	229	135
Total	6.228	11.592	10.213

NOTA 25 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	5.976	12.108	10.365
Eventos não recorrentes	495	495	-
Resultado recorrente	5.481	11.613	10.365

NOTA 26 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	3.267	1.182
Total	3.267	1.182

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios por forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 28 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	80.380	64.599
Nível I (NI)	80.380	64.599
Capital principal - CP	80.380	64.599
Capital social	41.413	34.592
Reservas de capital	37.948	29.138
Lucros acumulados	3.374	3.363
Ajustes Prudenciais	(2.355)	(2.494)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	448.743	328.770
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.297	1.184
Margem de Capital	37.575	28.895
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,91%	19,65%
Situação de Imobilização (Imob)	12.583	10.577
Índice de Imobilização (Imob / PR)	15,65%	16,37%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ildo Wilde
Diretor Executivo
CPF: 666.207.240-00

Antônio Alberto Soares
Diretor de Operações
CPF: 025.534.939-40

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20